

O ÍNDICE DE MEDO DO DESEMPREGO

Marcelo Souza Azevedo*

1 O ÍNDICE DE MEDO DO DESEMPREGO: HISTÓRICO E METODOLOGIA

O Índice de Medo de Desemprego é um indicador elaborado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) a partir de pesquisa de opinião pública que exprime o sentimento dos brasileiros sobre o desemprego. A pesquisa tem abrangência nacional e é realizada trimestralmente.

A relevância desse indicador reside no fato de que sua evolução ajuda a antecipar variações no ritmo de atividade econômica. Isto se dá porque a avaliação do medo de desemprego antecede, em alguma medida, a evolução do desemprego, assim como variações futuras no consumo e poupança das famílias. Uma avaliação otimista, ou seja, de baixo medo do desemprego, sugere inclinação a aumentar o consumo e, assim, de maior atividade econômica no futuro. Uma avaliação pessimista, ou seja, de alto medo do desemprego, sugere a necessidade de cortar gastos e reduzir o consumo, com reflexo negativo na atividade econômica. Cumpre ainda ressaltar que, por ser derivado de pesquisa de opinião pública, o resultado é obtido de forma célere em comparação com outras estatísticas.

A pesquisa de opinião da qual se obtém o Índice de Medo do Desemprego teve início em 1996. Embora usualmente trimestral, em 1998 e 1999 a periodicidade da pesquisa foi reduzida de modo a atender ao interesse da CNI de levantar a opinião pública sobre outros assuntos relevantes. As pesquisas são domiciliares, realizadas pessoalmente por uma equipe de entrevistadores contratada pelo IBOPE Inteligência, devidamente credenciada, com experiência e treinamento específico em pesquisas de opinião pública, e com utilização de questionário elaborado de acordo com os objetivos da pesquisa. Há filtragem em todos os questionários após a realização das entrevistas e fiscalização de aproximadamente 20% deles. São realizadas 2002 entrevistas no período de quatro a cinco dias corridos.

São entrevistados brasileiros eleitores, com 16 anos ou mais, residentes em domicílios particulares permanentes de todas as regiões do Brasil. O universo de eleitores é estratificado. Cada estrato é composto por apenas um estado brasileiro, com exceção dos estados do Acre, Amapá e Roraima, que juntos constituem apenas um. Quando o estado possui região metropolitana, seu universo é estratificado em região metropolitana e interior.

O modelo de amostragem utilizado é o de conglomerados em três estágios. No primeiro estágio, os municípios são selecionados probabilisticamente por meio do modelo PPT (Probabilidade Proporcional ao Tamanho), com base na população com 16 anos ou mais em cada município. No segundo estágio, são selecionados os conglomerados: setores censitários, com PPT sistemático. A medida de tamanho é a população de 16 anos ou mais residente nos setores. Por fim, no terceiro estágio seleciona-se em cada conglomerado um número fixo de eleitores segundo cotas de variáveis descritas como se segue:

- Sexo: masculino e feminino;
- Grupos de idade: 16-17, 18-24, 25-29, 30-39, 40-49, 50-69, e 70 anos ou mais;

* Analista de Políticas e Indústria da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

- Instrução: até a 4ª série do ensino fundamental; 5ª a 8ª série do ensino fundamental; ensino médio; ensino superior;
- Atividade: setor de dependência – agricultura, indústria de transformação, indústria de construção, outras indústrias, comércio, prestação de serviços, transporte e comunicação, atividade social, administração pública, outras atividades, estudantes e inativos.

As fontes de dados para a elaboração da amostra (em 2009) são: Censo 2000, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2007), e Tribunal Superior Eleitoral (TSE 2008). O intervalo de confiança estimado é de 95% e a margem de erro máxima estimada é de dois pontos percentuais para mais ou para menos sobre os resultados encontrados no total da amostra.

Até março de 2008, a questão sobre o medo do desemprego fez parte do Índice Nacional de Expectativa do Consumidor (INEC), também elaborado pela CNI e que sintetiza a opinião dos brasileiros sobre alguns aspectos capazes de afetar as suas decisões de consumo.

Em junho, o INEC foi reformulado e a questão do medo do desemprego deixou de ser utilizada em sua composição. Reconhecida a importância da avaliação do medo de desemprego enquanto indicador antecedente da atividade econômica, a partir de abril de 2009 a CNI passou a divulgar o Índice de Medo do Desemprego em separado.

Trata-se de um índice de base fixa (outubro de 1997 = 100), cuja construção se fundamenta na seguinte pergunta: “Com relação ao desemprego, pensando no(a) Sr.(a.) e nas pessoas de sua família, o(a) Sr.(a.) diria que:”.

A partir das respostas cria-se um número índice, que corresponde à média ponderada pela frequência relativa de cada resposta. São três opções de respostas válidas: i) está com muito medo de ser afetado pelo desemprego; ii) está com pouco medo de ser afetado pelo desemprego; e iii) não está com medo de ser afetado pelo desemprego. Para a primeira alternativa, atribui-se peso 3; para a segunda, peso 2; e para a alternativa iii), peso 1. Calcula-se a média destes escores ponderada pelas frequências relativas das respostas. Por fim, divide-se o valor pelo valor calculado em outubro de 1997, ou seja:

$$IMD_t = \frac{100 \times \sum_{j=1}^3 (f_{jt} \times E_j)}{B} \quad (1)$$

Onde:

IMD_t : Índice de Medo do Desemprego no mês t ;

f_j : frequência relativa das respostas do tipo j no mês t ;

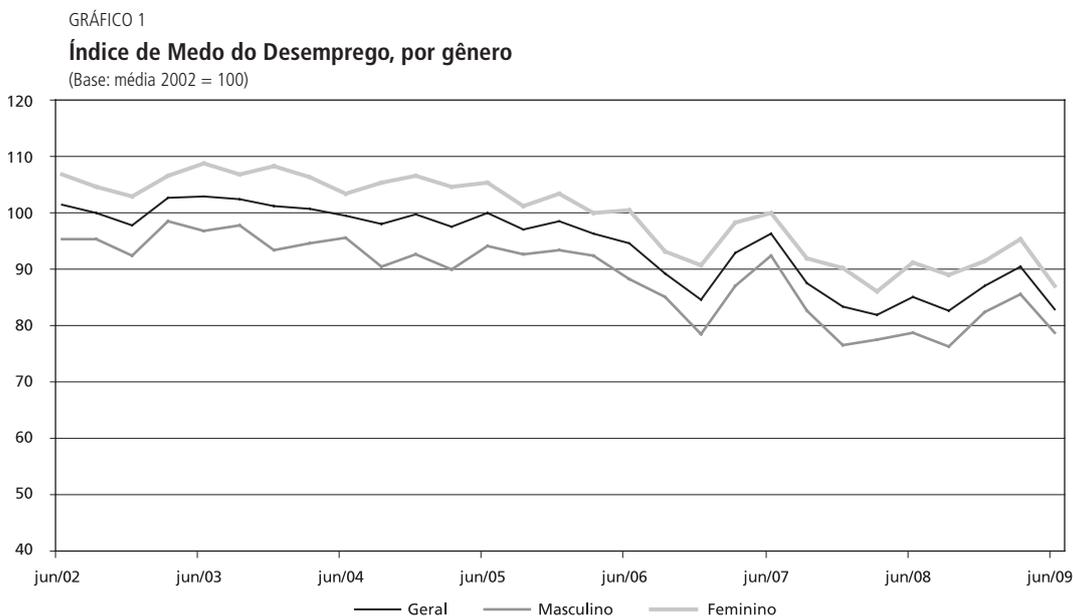
E_j : pesos da resposta do tipo $j = 1, 2, 3$ onde $E_1 = 3$; $E_2 = 2$; $E_3 = 1$; e

B : valor base.

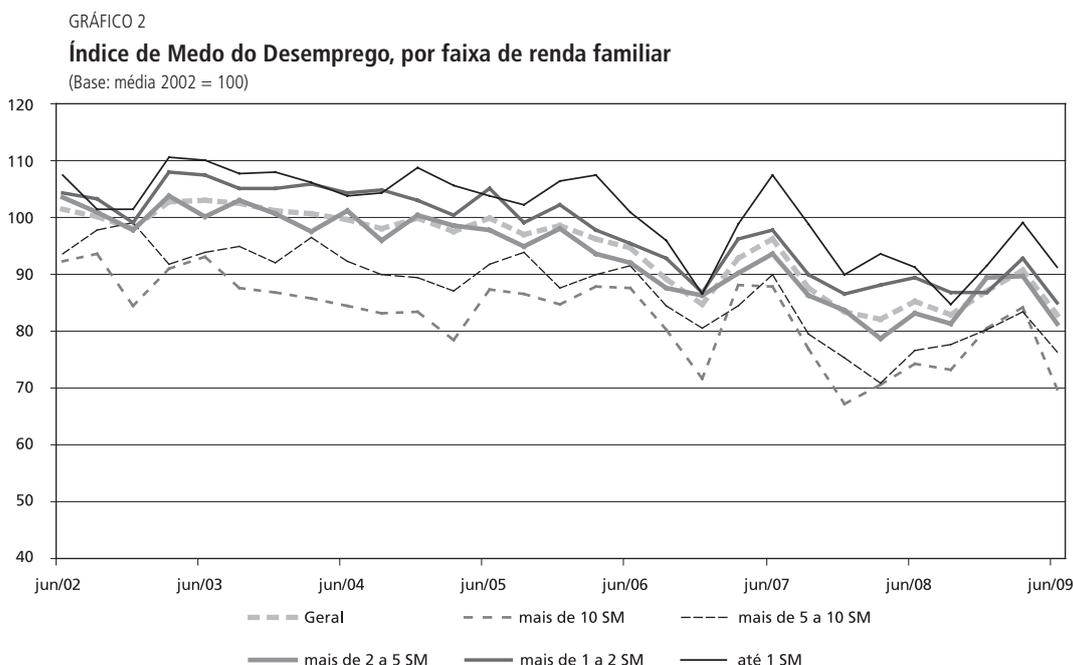
2 O ÍNDICE DE MEDO DO DESEMPREGO PARA DIFERENTES ESTRATOS

Utilizando-se dos cortes que a pesquisa permite, pode-se observar a diferença da percepção do medo do desemprego para diferentes estratos da população brasileira. Atualmente, a pesquisa comporta estes cortes desde 2002. Futuramente, será disponibilizada a série histórica desde seu início. Por conta disso, para o cálculo dos índices estratificados, será aqui utilizada como base a média de 2002. Com esta nova ponderação, o último valor do índice de desemprego é 82,9 pontos, e sua média histórica, entre março de 2002 e junho de 2009, é 94,5 pontos.

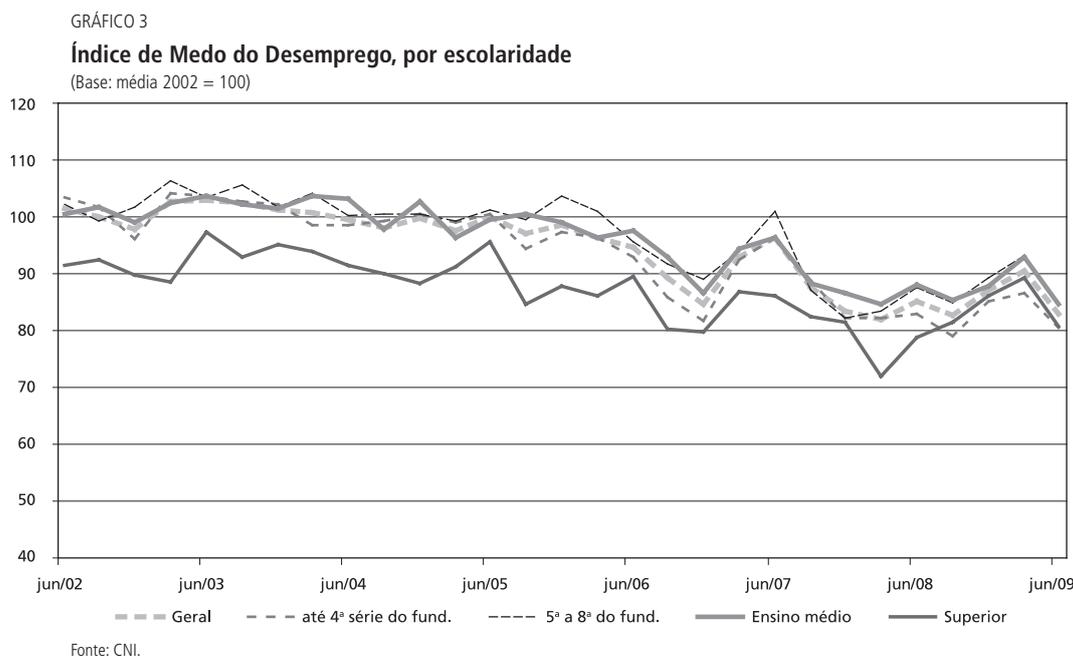
Conforme evidencia o gráfico 1, o índice comporta-se de forma muito semelhante para pessoas do sexo masculino e feminino, mas estas últimas registram maior medo do desemprego como regra. A média histórica do Índice de Medo do Desemprego entre março de 2002 e junho de 2009 é 89,1 pontos para os homens e 99,7 pontos para as mulheres.



O gráfico 2 demonstra que o Índice de Medo do Desemprego é inversamente proporcional à renda familiar. Quanto maior a renda familiar, de um modo geral, menor o índice. A média histórica do Índice de Medo do Desemprego entre março de 2002 e junho de 2009 é 83,1 pontos para as pessoas com renda familiar acima de 10 salários mínimos (SMs), e alcança 101,1 pontos para as pessoas com renda familiar inferior a 1 SM.



Quando considerado o grau de escolaridade, verifica-se que o medo do desemprego é destacadamente inferior entre as pessoas com nível superior. Entre as pessoas de escolaridade menor, o medo do desemprego é maior, mas não há grande diferenciação entre as pessoas dos diferentes níveis de escolaridade pesquisados: até a 4ª série do ensino fundamental, entre a 5ª e a 8ª série do fundamental, e o ensino médio. A média histórica do Índice de Medo do Desemprego entre março de 2002 e junho de 2009 para as pessoas de nível superior é 87,3 pontos. Para as pessoas dos outros níveis de escolaridade, o índice supera os 90 pontos, e atinge 96,5 pontos para as pessoas que completaram entre a 5ª e a 8ª série do ensino fundamental.

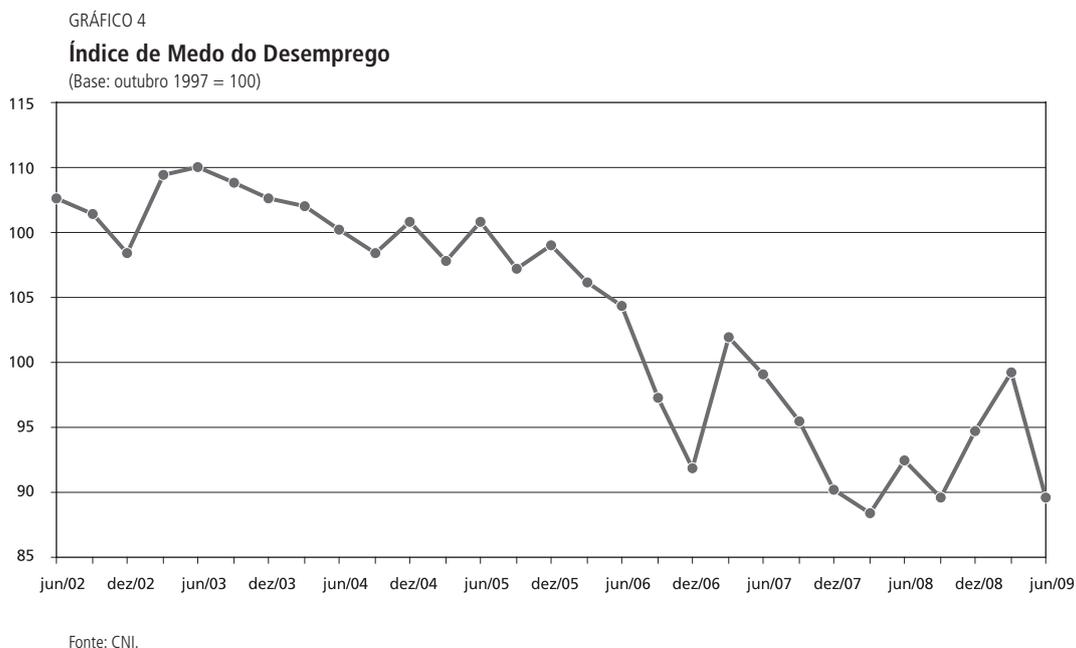


3 O ÍNDICE DE MEDO DO DESEMPREGO EM JUNHO DE 2009

O Índice de Medo do Desemprego encontra-se em 89,0 pontos em junho de 2009. Trata-se de uma queda de 8,4% na comparação com o índice anterior, de março de 2009, o que denota queda no medo do desemprego. Esta queda sucede dois trimestres consecutivos de alta no índice na comparação com o índice imediatamente anterior. Na comparação com o índice de junho de 2008, a queda é de 2,7%.

O índice de junho de 2009 é também idêntico ao observado em setembro de 2008, quando os efeitos da crise econômica ainda não eram tão pronunciados na economia brasileira. Cumpre ressaltar também que o valor de junho é bastante baixo na comparação com o início da década.

O percentual de respondentes que afirmaram estar com muito medo do desemprego foi de 22,1% das respostas válidas em junho de 2009. Este é um percentual que pode ser considerado baixo; o número já superou 45% em 2003. O percentual de pessoas que afirmaram não estar com medo do desemprego, por sua vez, foi de 46% na mesma pesquisa. Este percentual é elevado: trata-se do segundo maior da série desde 2002, atrás somente do observado em março de 2008.



4 O ÍNDICE DE MEDO DO DESEMPREGO: PERSPECTIVA HISTÓRICA

O medo do desemprego está recuando desde o final de 2002, com duas exceções. No mês de março de 2007, registrou-se aumento de 9,4% na comparação com o mês de dezembro de 2006, possivelmente em decorrência de uma reavaliação de expectativas após o período eleitoral, que afetou também uma série de outras variáveis então utilizadas para compor o INEC. A segunda exceção foi o aumento do medo do desemprego recente, de 9,3% no acumulado entre os meses de dezembro de 2008 e março de 2009, por conta do acirramento da crise internacional.

O valor médio do índice entre 2002 e 2005 supera 105 pontos. A partir de 2007, o valor médio anual do índice é inferior a 95 pontos, embora em 2008 tenha sido apenas 90,4 pontos.

A marcada tendência de queda no medo do desemprego, em especial em 2007 e 2008, na comparação com os anos anteriores se deve a uma série de fatores. Primeiramente, a queda no medo do desemprego pode ser explicada pelo forte crescimento do produto interno bruto (PIB) brasileiro, acima da média mundial, nesses dois anos, apesar dos impactos da crise econômica mundial no fim de 2008. Com isso, registrou-se criação recorde de empregos.

Em segundo lugar, cabe destacar que nesses dois anos a formalização de empregos cresceu mais que o emprego informal. A formalização do emprego trouxe mais segurança aos empregados, reduzindo assim a percepção de medo do desemprego.

Também chama atenção o incremento de políticas assistencialistas como o benefício do seguro-desemprego e o Programa Bolsa Família, os quais, embora não aumentem a segurança no emprego, certamente dão amparo aos desempregados.